

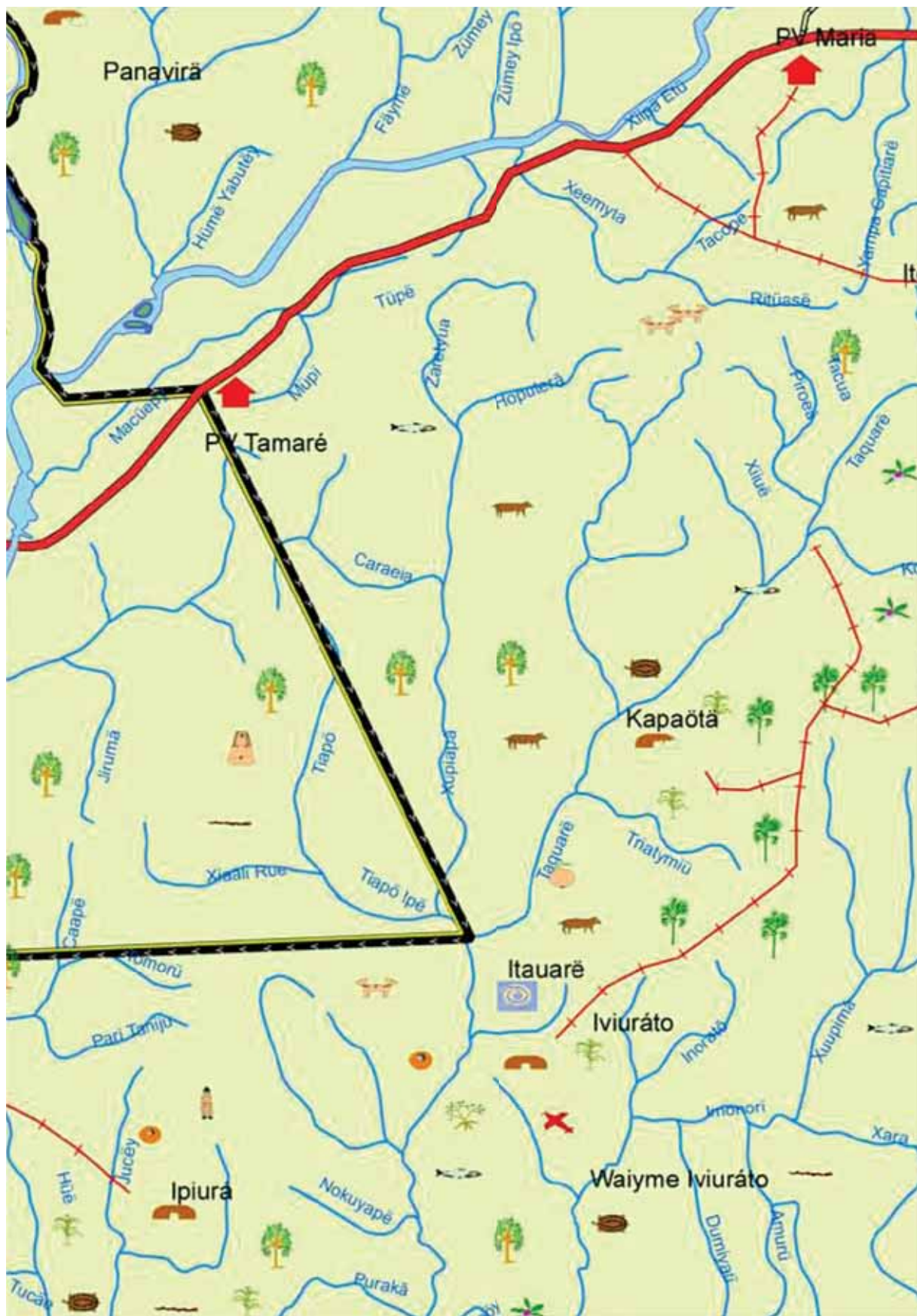
Associação
ACT

Metodologia de Mapeamento Cultural Colaborativo



Série
Mapeamento,
Manejo e Proteção

N°1





Metodologia de Mapeamento Cultural Colaborativo

Brasília,
2008

© ACT Brasil Edições 2008

É permitida a reprodução de parte desta publicação, desde que citada a fonte.

1ª Edição. Tiragem: 500 exemplares

Fechamento desta edição: Dezembro de 2007

ACT Brasil

Presidente: Vasco van Roosmalen

Vice-Presidente: Almir Narayamoga Surui

Coordenação de Antropologia: João Guilherme Nunes Cruz, Júlio César Borges

Coordenação de Meio Ambiente: Marcelo Segalerba

Coordenação do Laboratório de Geoprocessamento: Wesley Pacheco

Equipe do Laboratório de Geoprocessamento: Edwilson Campos Pordeus, Jefferson Velloso Nogueira, Marcos Sebastião Ataíde, Rafael Cubas.

Conselho Editorial: Ana Carolina Kalume, Ivaneide Bandeira, João Guilherme Nunes Cruz, Júlio César Borges, Marcelo Segalerba, Thiago Ávila, Renata Carvalho Giglio, Vasco van Roosmalen, Wesley Pacheco.

Edição: Assessoria de Comunicação Social

Responsável: Ana Carolina Kalume

Revisão: Renata Carvalho Giglio

Projeto Gráfico e Capa: Masanori Ohashy – Idade da Pedra

Diagramação: Alexandre Lemos (estagiário) – Idade da Pedra

Ilustração: Josefa Adlanes Osmídio Cristóvão ©ACT Brasil Edições

Fotos: Arquivo ACT Brasil

Mapas: Laboratório de Geoprocessamento da ACT Brasil

Normalização Técnica: Geraldo Campetti Sobrinho

Impressão: Gráfica Athalaya

ACT Brasil

www.actbrasil.org.br

S.A.S Quadra 03 – Bloco C – Edifício Business Point

Salas 301 a 306 Brasília-DF Cep: 70070-934

Tel: 55 61 3323.7863

Fax: 55 61 3323.7854

e-mail: actbrasil@actbrasil.org.br

Metodologia de mapeamento cultural colaborativo. – Brasília: ACT Brasil, 2008.

76 p.; il. – (Série Mapeamento, manejo e proteção; nº 1)

ISBN: 978-85-99991-04-6

1. Meio ambiente - Proteção. 2. Cultura indígena - Fortalecimento - Brasil. 3. Biodiversidade - Brasil.
4. Mapeamento Cultural Colaborativo - Metodologia - Manual. 5. Organização não governamental.
I. ACT Brasil. II. Série.

CDD:980.41
CDU: 39 (=981)

Sumário

4 Apresentação

6 Introdução

10 A Metodologia

12 Quem são os atores do mapeamento

16 Procedimentos Prévios

22 Primeira oficina

34 Primeira etapa de trabalho de campo

38 Segunda oficina

44 Segunda etapa de trabalho de campo

46 Terceira oficina

52 Revisão final do mapa

56 Entrega dos mapas

58 Considerações Antropológicas e Legais

73 Referências

Mapear, Manejar e Proteger

A ACT Brasil acredita que o caminho para a proteção do meio ambiente e o fortalecimento das culturas dos povos indígenas sustenta-se em três pilares: mapeamento, proteção e manejo. Tais conceitos estão intimamente ligados, uma vez que o mapeamento subsidia as discussões coletivas para elaboração de planos e estratégias voltadas à conservação ambiental e à proteção territorial. Como uma alternativa para a sustentabilidade socioambiental, este manual tem um caráter dinâmico, com possibilidades permanentes de releituras e reconstruções, podendo ainda dialogar com outras metodologias. Ainda, vale lembrar que diversas instituições trabalham com metodologias similares à metodologia de mapeamento cultural da ACT Brasil¹.

O mapeamento cultural colaborativo contribui para a compreensão dos problemas sociais e ambientais, na medida em que a comunidade sistematiza o conhecimento do seu território, por meio de debates que envolvem lideranças, idosos, jovens, mulheres e outros atores sociais, conforme as especificidades de cada contexto social e as prioridades da comunidade envolvida. Quan-

1 LITTLE, Paule. *Gestão territorial em terras indígenas*: definição de conceitos e propostas de diretrizes. Relatório entregue à Secretaria de Meio Ambiente do Acre – SEMA/AC, à Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre – SEPI/AC e à Cooperação Técnica Alemã – GTZ. Rio Branco, Acre, 2006.

do uma comunidade conhece e habita um território, adquire as condições necessárias para estabelecer normas, manejar sistemas produtivos, implementar metodologias de proteção e melhorar sua qualidade de vida. Na concepção dos indígenas, fica claro quando se escuta seus testemunhos, como é o caso do indígena João Evangelista – etnia Tiriyo, que afirma que elaborar o mapa cultural colaborativo trouxe mais amor pela sua terra e valorização da cultura e tradição.

O que é um mapa cultural?

Um mapa cultural é um instrumento cartográfico que tem como objetivo demonstrar aspectos culturais, históricos e costumeiros de um território tradicional de um ou vários povos. O mapeamento cultural pode adquirir uma série de formas, mas os aspectos que o definem são bem claros: é necessário que seja feito pela própria comunidade, combinado com regras cartográficas, para que o resultado final tenha precisão e

ordenamento. Essa ferramenta foi desenvolvida como parte de um processo de diagnóstico cultural e social que pode dar origem a fortes instrumentos políticos e formar a semente capaz de criar boas políticas para as comunidades envolvidas, como planos de educação indígena, manejo ambiental e proteção territorial. O mapa não deve configurar um objetivo por si só, mas sim um instrumento dentro de um trabalho de fortalecimento cultural e territorial das comunidades tradicionais.

língua Tupi Mondé (Paiter)

Yara de Pawentiga é wah

abgir eya yabõãd.

mebe

Este manual é destinado a pessoas ou instituições que trabalham com comunidades tradicionais, nas quais observa-se a necessidade de iniciar um processo de mapeamento cultural de seus territórios. Ao mesmo tempo, pretende oferecer aos leitores conhecimento básico acerca das técnicas utilizadas para a elaboração de mapas culturais, procedimento esse feito com e, principalmente, pelas comunidades.

Essa metodologia, por ser colaborativa, requer o trabalho em conjunto de uma série de atores. Sendo assim, trata-se de uma cooperação direta entre a comunidade, seus líderes, e uma equipe técnica de cartografia e antropologia (contratada através da própria comunidade, do governo, ou de uma entidade que trabalhe com aquela comunidade). Mas em todas as instâncias é a comunidade e seus representantes que conduzem o processo, desde a escolha da área a ser mapeada, até o que será representado no mapa, incluindo sua arte visual final e título. O papel da comunidade, todavia, vai mais além: é ela que executa o trabalho e escolhe, entre seus membros, os pesquisadores que serão treinados pela equipe técnica de apoio para fazer a coleta das informações junto às aldeias ou comunidades. A escolha dos pesquisadores, especificamente, é de extrema importância, pois são eles os que realmente constroem o mapa, com a colaboração de toda a comunidade e orientação da equipe técnica.

Primeiramente, para iniciar um trabalho de mapeamento cultural colaborativo, é preciso atender a dois requisitos básicos:

- 1** que a comunidade tenha – e reconheça – a necessidade de confeccionar um mapa cultural, de acordo com suas prioridades específicas;
- 2** que existam as condições mínimas que possibilitem a comunidade acessar e manejar as orientações cartográficas e de pesquisa etnográfica transmitidas pela equipe técnica.

Resultados

20 diferentes povos - Kamaiurá, Yawalapiti, Ikpeng, Kayabi, Yudjá, Aweti, Kalapalo, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nafukuá, Suyá e Waura (Terra Indígena do Xingu); Apalai, Wayana, Tiriyo e Katxuyana (Terra Indígena Parque do Tumucumaque) e Paiter – Suruí (Terra Indígena Sete de Setembro) já mapearam seus territórios; mais de **7.500 nomes** indígenas, que nunca antes tinham entrado em qualquer mapa, **foram registrados** e, portanto, eternizados; mais de **120 aldeias indígenas**, além de milhares de áreas de importância **cultural e histórica**, tiveram sua localização identificada nos mapas; no decorrer desses processos de mapeamento, **150 pesquisadores indígenas** foram treinados, sendo que alguns, por vontade própria, já trabalham para difundir, entre outras comunidades, o conhecimento adquirido; outros pesquisadores, após concluírem cursos específicos, receberam a **qualificação de guarda-parques indígenas** e hoje trabalham para melhorar a proteção de suas áreas tradicionais.

A metodologia é simples e já foi utilizada para mapear territórios tradicionais em mais de três países, Brasil, Colômbia e Suriname, cuja área varia de 240 mil a mais de 4 milhões de hectares. Esses dados impressionam; sua menção, porém, é única e exclusivamente para demonstrar que a metodologia descrita neste manual é um trabalho vivo, de relevância, que pode ser aplicado dentro dos mais variados contextos culturais, desde que os representantes desses contextos sejam os reais protagonistas de todo o processo de mapeamento.

Para concluir, a elaboração deste manual visa contribuir diretamente com as comunidades tradicionais para que elas possam mapear e registrar o seu próprio território, reconhecido oficialmente ou não, e todo o conhecimento associado a ele. Conhecimento este necessário às futuras gerações cuja sobrevivência passa pela adoção de técnicas adequadas de manejo e proteção de seu patrimônio natural e cultural. Contudo, a definição das categorias de conhecimento que irão compor o mapa cultural deve obedecer às prioridades e prerrogativas culturais da população beneficiária e ser tratada com especial cuidado, pois pode ser objeto de interesses alheios aos das comunidades. Nesses casos, os benefícios econômicos e sociais dessas informações devem chegar às comunidades. Reconhecendo essa realidade, este manual também contém uma seção dedicada aos direitos que as comunidades têm sobre as informações inseridas nos mapas culturais.

O mapeamento cultural colaborativo se baseia em três oficinas que incluem uma fase preparatória, duas etapas de pesquisa de campo, uma reunião para a revisão final e, caso seja de interesse da comunidade, uma cerimônia de apresentação e entrega dos mapas. Todas as fases são elaboradas e implementadas com estreita colaboração entre técnicos, lideranças indígenas, pesquisadores nativos e outros membros das comunidades. O levantamento dos lugares e informações a serem colocados no mapa, bem como a escolha dos símbolos das legendas e o nome do mapa, é totalmente conduzido pelos próprios pesquisadores e a comunidade. Assim, temos uma metodologia na qual instituições de apoio não atuam no levantamento dos dados, mas apenas como parceiras para fins técnicos e logísticos.

Procedimentos Prévios

Integrar a equipe técnica com a comunidade; fazer contatos com os membros da comunidade envolvidos no projeto; promover o consentimento prévio e informado; identificar as demandas específicas da comunidade para o próprio mapeamento; estabelecer formas e cronograma de trabalho; definir material cartográfico necessário; estipular perfil desejável dos pesquisadores.

A Metodologia

Primeira oficina

Apresentar a equipe técnica à comunidade; explicar a natureza dos trabalhos; informar as fases do trabalho e as formas de participação; definir, de acordo com a comunidade, a área a ser pesquisada e o que será representado no mapa; escolher e capacitar os pesquisadores; realizar exercícios práticos; entregar aos pesquisadores o material de trabalho.

Primeira etapa de trabalho de campo

Coletar informações com os moradores da área de pesquisa de cada equipe de pesquisadores e incluir esses elementos nos mapas. Os informantes da comunidade podem ser pescadores, caçadores, anciãos, mulheres, pajés, etc.

Segunda oficina

Apresentar e avaliar os dados coletados na primeira fase de campo; verificar possíveis dúvidas, dificuldades, falhas, omissões e espaços não mapeados/pesquisados; interagir pesquisadores e equipe técnica; socializar as informações coletadas em campo; trocar experiências entre as equipes de pesquisadores; replicar os modelos de sucesso; escolher novas categorias que irão representar as legendas adicionais e o desenho dos símbolos; transcrever e revisar os dados coletados em campo; preparar as folhas e orientar a segunda fase de coleta de dados em campo.

Segunda etapa de trabalho de campo

Corrigir, junto com a comunidade, as informações já obtidas e coletar as que ainda estejam faltando.

Terceira oficina

Receber e avaliar os dados coletados na segunda fase de campo; verificar se foram sanadas as dúvidas, dificuldades, falhas e omissões detectados na oficina anterior; escolher o nome do mapa e os símbolos das bordas; definir a escala de impressão.

Revisão final do mapa

Apresentar aos pesquisadores e à comunidade uma versão preliminar dos mapas; proporcionar aos pesquisadores e à comunidade a oportunidade de avaliar os trabalhos de edição cartográfica executados em gabinete; revisar os trabalhos; identificar possíveis erros ocorridos nos trabalhos de gabinete; validar comunitariamente a conclusão dos trabalhos desenvolvidos com a apresentação e revisão do seu produto final, os mapas culturais.

Entrega dos mapas

Apresentar o resultado do trabalho – o mapa propriamente dito – às autoridades, aos parceiros, à comunidade e suas lideranças e demais interessados.

Quem são os atores do mapeamento

Equipe técnica

A equipe técnica básica é composta por cartógrafos, antropólogos, membros ou consultores da organização orientadora das atividades que prestam apoio à execução dos trabalhos (lingüistas, auxiliares de campo). Seu número é definido segundo o tamanho da área, o grau de intensidade de informações a serem coletadas e disponibilidade local. Se no decorrer do processo a comunidade julgar necessário, outros profissionais poderão ser incorporados à equipe inicial, mas a função que cada um desempenhará também fica a critério da própria comunidade. Isso dependerá muito da finalidade que o mapa cultural vai assumir para cada população. Por exemplo, se uma comunidade definir como prioridade que seu mapa será destinado prioritariamente às escolas, recomenda-se um profissional em Educação, ou áreas afins, como parte da equipe técnica de apoio, e assim sucessivamente.



Pesquisadores

Membros escolhidos pela comunidade para os trabalhos de obtenção e organização dos dados, que irão compor os mapas a partir de entrevistas, observação direta e expedições. Será formado um grupo heterogêneo, por jovens, adultos, homens e mulheres que tenham boa desenvoltura junto à comunidade e confiança das lideranças. A escolha é feita pela comunidade considerando sua organização social, formas de decisão política e tradições culturais. No processo de mapeamento cultural, os pesquisadores coletam informações sobre conhecimento tradicional territorial e cultural da comunidade e as repassam aos cartógrafos. O principal trabalho do pesquisador é coletar junto à comunidade informações relevantes e adicioná-las ao mapa,

usando as referências geográficas – como aldeias, rios, lagos e montanhas – além dos conhecimentos repassados pela equipe técnica, sempre se certificando de que as localizações dessas informações estão corretas.



Comunidade

Grupo social, ou conjunto de grupos sociais, que habita o território a ser mapeado, com o qual são realizados os trabalhos (p. ex.: os povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, caiçaras, faxinalenses, os moradores de um bairro e outros grupos). Considerando que o conhecimento de um povo sobre seu território não faz parte apenas da vida de uma pessoa, todos os membros da comunidade têm um papel dentro do mapeamento. Outro aspecto importante é a plena participação das lideranças tradicionais da comunidade que devem ser reconhecidas dentro do contexto comunitário e inseridas na metodologia, produzindo assim resultados legítimos.

Instituição Parceira

Esse termo diz respeito a qualquer parceiro institucional da comunidade: associação comunitária, instituição governamental, instituição acadêmica, ou qualquer outra instituição não-governamental. O papel da instituição parceira é auxiliar na administração e execução do projeto, o que pode incluir todo o gerenciamento de recursos e a contratação da equipe técnica, até a fiscalização e apoio logístico e técnico. É importante ressaltar que esses parceiros têm que desfrutar da confiança da comunidade e respeitar o mapa cultural como produto da propriedade intelectual comunitária. A presença de uma instituição parceira não é um requisito para a execução do projeto, desde que a comunidade seja capaz de gerenciar e executar o projeto por si só.



Procedimentos Prévios

A seguir, será descrita a fase de preparação do mapeamento. Esse deve ser construído por meio de realizações de reuniões com a comunidade que vive no território a ser mapeado, de modo a promover o consentimento prévio e informado, definir suas demandas, apresentar a metodologia e estabelecer, previamente, o cronograma de trabalho. Nesse momento, é de suma importância o envolvimento do maior número possível de lideranças e atores sociais relevantes para a comunidade.

Não entraremos no mérito das questões logísticas e administrativas do processo, uma vez que estas não seguem uma metodologia rígida, sendo definidas conforme cada situação particular. A fase preparatória é muito importante e, quando bem conduzida, facilita o bom andamento das fases seguintes, contribuindo para o sucesso do projeto como um todo. É nessa fase que se concretizam as articulações, os arranjos logísticos e a divulgação da metodologia do trabalho para a comunidade.

Finalidade

Integrar a equipe técnica com a comunidade; fazer contatos com os membros da comunidade envolvidos no projeto; promover o consentimento prévio e informado; identificar as demandas específicas da comunidade para o próprio mapeamento; estabelecer formas e cronograma de trabalho; definir material cartográfico necessário; estipular perfil desejável dos pesquisadores.

Definição da equipe técnica

Na fase de preparação são definidos os técnicos que irão compor a equipe e suas atribuições. Conforme dito anteriormente, a equipe se baseia nos profissionais cartógrafos e antropólogos com a incorporação de outros técnicos, se assim for decidido pela comunidade e seus representantes. A equipe técnica define coletivamente o material técnico necessário aos trabalhos, tais como base cartográfica, imagens de satélite, fotografias aéreas, máquinas fotográficas, gravadores, aplicativos e equipamentos, dentre outros. O levantamento da bibliografia etnográfica e historiográfica sobre a comunidade também é feito nessa fase para orientar o trabalho da equipe técnica.

Reuniões comunitárias

O processo de elaboração etnocartográfica deve partir da própria comunidade e suas lideranças. Uma vez manifesto o interesse na realização de um projeto de mapeamento cultural, programam-se reuniões preparatórias para identificar as demandas da comunidade e suas expectativas quanto à forma de execução dos trabalhos e seus resultados. Além disso, as reuniões abrem espaço para a comunidade solucionar dúvidas com a equipe técnica quanto à coordenação dos trabalhos e à finalidade de um mapa cultural e como ele pode ajudar a atender seus interesses socioculturais.

Durante as reuniões preparatórias, cujo número pode variar conforme cada situação particular, a equipe apresenta à comunidade a metodologia de mapeamento cultural colaborativo. Após receberem informações detalhadas sobre o projeto, a comunidade em geral e as lideranças tradicionais discutem sua aceitabilidade, respeitando as particularidades de cada povo, ainda tendo a prerrogativa de adaptar o projeto conforme suas prioridades.

Essa fase é, portanto, a construção do consentimento prévio e informado, na qual a comunidade fica a par dos trabalhos, suas fases, importância, finalidade e formas de colaboração e impactos/conseqüências. Assim, o esforço deve ser no sentido de sanar as dúvidas que por ventura apareçam. Por isso, devem participar das reuniões tanto as instituições parceiras (governamentais e/ou não-governamentais), quanto representantes da equipe técnica e lideranças da comunidade.

Elaboração do cronograma de trabalho

A equipe técnica, lideranças e comunidade definem as datas e locais das oficinas e o período de trabalho de campo dos pesquisadores. Esse cronograma deve considerar as atividades produtivas e rituais do grupo, evitando coincidências entre atividades do mapeamento e acontecimentos importantes e vitais para a comunidade, tais como colheitas e cerimônias rituais.

A elaboração de um mapa cultural, por se tratar de um processo definido, com oficinas e trabalhos específicos, exige um rigoroso acompanhamento do cronograma então estabelecido, pois, diante de uma equipe formada por vários parceiros, onde cada um exerce uma função determinada, retomar ou reorientar o trabalho pode se tornar um grande desafio.

Definição dos pesquisadores comunitários

A escolha dos pesquisadores é feita pela comunidade envolvida, de forma participativa. Respeitando os costumes do povo indígena e/ou comunidade tradicional, a equipe técnica orienta a todos sobre quais serão as atividades e atribuições do pesquisador. É importante garantir que esse processo seja conduzido pelas comunidades envolvidas, visto que seus integrantes conhecem e legitimam, de acordo com sua organização social e política, as pessoas ideais que farão parte da equipe de pesquisadores. Assim, faz-se absolutamente necessário a participação concreta de caciques ou lideranças comunitárias,.

É desejável que o grupo de pesquisa seja bastante heterogêneo, de modo a abranger o maior número de atores sociais possíveis, tanto por critérios etários, quanto por gênero, posição social (clãs, metades, famílias, etc.) ou atividades produtivas (caçadores, pescadores, coletores, etc.). Deste modo, é possível obter um panorama mais fidedigno da realidade mapeada.

Com respeito às fronteiras lingüísticas entre comunitários e equipe técnica, caso haja disponibilidade, é importante dar preferência ao lingüista ou especialista da própria comunidade, para que este faça a interlocução entre os dois universos lingüísticos, sem perder o processo coletivo de construção da grafia, no que se refere aos nomes dos elementos constituintes do mapa². Caso contrário, recomenda-se que os pesquisadores escolhidos pela comunidade dominem o mínimo do idioma da equipe técnica, na escrita e leitura.

2 Obviamente nos referimos aqui ao mapeamento entre povos indígenas.

Definição da área geral a ser mapeada

A área a ser mapeada é definida pela comunidade e nem sempre coincidirá com a parcela de terras legalmente demarcada. Ela é definida pelo grupo levando em conta as formas e os modos tradicionais de ocupação especial e uso da terra, sua história, sua cultura. Desta forma, a área a ser trabalhada, em geral, é maior do que a área ocupada e, muitas vezes, pode não ser contínua.

De posse de um mapa impresso da região, lideranças e comunidade irão delimitar a área a ser mapeada num processo que envolve inúmeros diálogos. O ideal, portanto, é que isso seja definido durante as reuniões preparatórias ou, se as condições assim não o permitirem, na primeira oficina.



Para facilitar a escolha da comunidade sobre a área geral a ser mapeada, a equipe técnica deve preparar, com antecedência, um mapa em escala compatível com uma visão bem abrangente da área a ser trabalhada - em geral da Terra Indígena e seu entorno - possibilitando uma visão ampla da área de estudo. Para esse fim, podem também ser utilizadas imagens de satélite, onde será delimitada a área a ser trabalhada.

Depois da definição desse espaço, os cartógrafos iniciarão o preparo da base cartográfica a ser utilizada, e de acordo com a necessidade, devem ser impressas diversas pranchas em escala compatível que somadas deverão cobrir a área de trabalho. Imagens de satélite atualizadas podem ser utilizadas e com elas é aconselhável que seja feita a correção e a atualização da base cartográfica visando facilitar o trabalho dos pesquisadores. Nesta etapa também será validada a base cartográfica digital no formato compatível com as ferramentas utilizadas.

Preparações Formais e Legais

Todas as decisões tomadas na fase de preparação devem ser anotadas em ata e comunicadas a todos os interessados. Ao término das reuniões preparatórias, e havendo consenso, um termo de cooperação técnica ou convênio deve ser firmado entre a instituição executora, a comunidade (por meio da sua instituição representativa ou lideranças) e demais organizações parceiras. O acordo formal deve prever os objetivos do projeto, as atividades, as obrigações de cada parte, os direitos autorais e de publicação, a legislação de proteção dos conhecimentos tradicionais, vigência e foro.

Material necessário

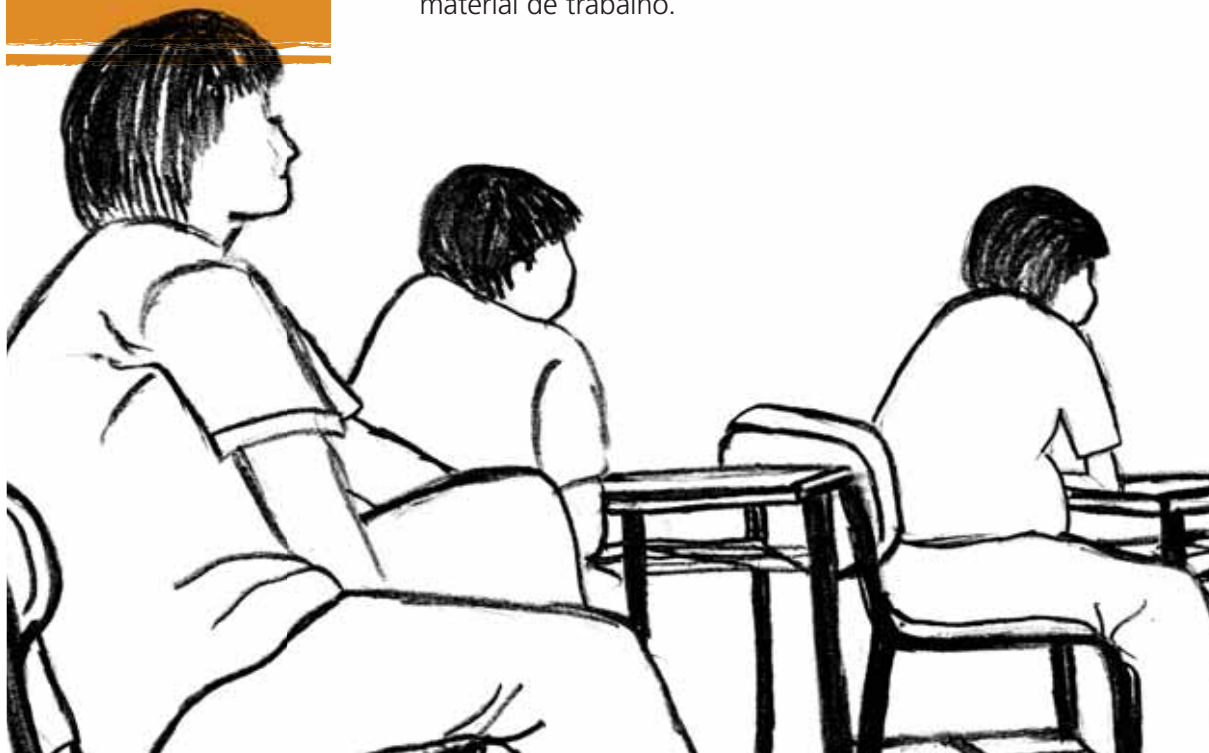
- Informações sobre a comunidade e a sua região (cultura, organização social, língua, história, relações interétnicas);
 - base cartográfica preliminar do local e do entorno;
 - livro de anotações, livro de ata, etc.;
 - fotos de satélite recentes para a área a ser mapeada.
-

Primeira oficina

A primeira oficina tem duração aproximada de uma semana.

Finalidade

Apresentar a equipe técnica à comunidade; explicar os trabalhos; informar o cronograma de atividades e as formas de participação comunitária; definir, de acordo com a comunidade, a área a ser pesquisada e o que será representado no mapa; escolher e capacitar os pesquisadores; realizar exercícios práticos; entregar aos pesquisadores o material de trabalho.



Localização

A oficina é realizada, preferencialmente, em uma aldeia da comunidade, considerando as instalações do local – se são adequadas ou não à realização dos trabalhos, a facilidade de acesso e as acomodações para os moradores das outras aldeias e para a equipe técnica.

Esta etapa é muito importante, pois na maioria das vezes é nela que ocorre o primeiro contato da comunidade com a equipe técnica. Também é na primeira oficina que se reúne o maior número de pessoas da comunidade; portanto, este é o momento ideal para explicar os trabalhos, solucionar dúvidas e fomentar a participação de todos.

Os componentes da primeira oficina

1. Instrução pela equipe técnica aos pesquisadores;
2. Distribuição das equipes de pesquisadores em áreas específicas;
3. Definição dos dados a serem coletados e como estes serão representados em legenda;
4. Treinamento prático;
5. Breve capacitação em pesquisa etnográfica: métodos e técnicas;
6. Entrega oficial do material de trabalho e encerramento.



1**Instrução**

Nesta oficina, realizam-se minicursos para transmitir aos pesquisadores nativos selecionados pela comunidade as técnicas cartográficas ocidentais importantes ao desenvolvimento do mapa cultural. Os cartógrafos dão aulas específicas de noções de cartografia básica através dos seguintes temas:

- O que é um mapa e seu histórico;
- O que são sistemas de coordenadas;
- O que é escala;
- O que são convenções cartográficas, símbolos e legendas;
- Outros temas de relevância, a critério da equipe técnica.



Tendo por premissa que o objetivo da oficina não é a formação de cartógrafos, mas sim a capacitação de pesquisadores de campo, as informações sobre cartografia devem ser transmitidas da maneira mais simples e concisa possível, primando sempre por exemplos práticos, evitando ao máximo o uso de termos técnicos.

Ademais, alguns modelos de mapas, incluindo o cultural, poderão ser apresentados. Entretanto, deve-se tomar cuidado para que esses mapas não determinem a forma e os elementos do mapa a ser elaborado.

É também nesta fase, em que se discute sobre técnicas primordiais em pesquisa qualitativa: tipos de entrevista, formas de abordagem, elaboração de roteiros de entrevista, registro em cadernos de campo, identificação de grupos de atores sociais a serem entrevistados, escolha dos equipamentos, como gravadores, caso necessário.

2

Distribuição das equipes de pesquisadores em áreas específicas de pesquisa

Nesta fase a comunidade define as áreas a serem pesquisadas e quais serão as responsabilidades de cada pesquisador ou equipe. De modo a facilitar o trabalho, uma estratégia a ser seguida é selecionar, dentre os pesquisadores, equipes formadas por indivíduos que habitem as áreas de pesquisa definidas, dentro da área total a ser mapeada. Uma outra opção é indicar contadores de histórias e outros mais experientes para se juntar à equipe de pesquisadores, o que certamente facilita a interação e transmissão de informações. Cabe destacar que é importante ter, em cada equipe, pelo menos um pesquisador que saiba ler e escrever para anotar todas as informações coletadas durante o trabalho.

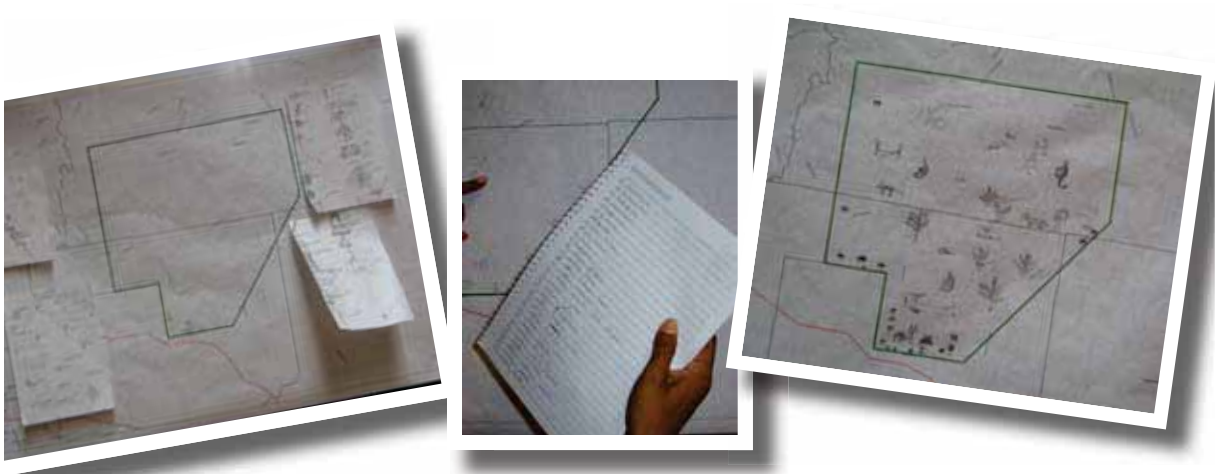
É também durante a primeira oficina que os pesquisadores recebem o material que será utilizado durante o trabalho. A composição desse material pode ser encontrada no final deste capítulo, na seção “Material Sugerido”.



Cada equipe de pesquisadores deverá ir a campo munida de uma cópia do mapa geral e de algumas cópias dos mapas parciais contendo a área de trabalho. Esses mapas parciais devem estar em escalas grandes, independente da escala do mapa final, para facilitar a inserção dos dados coletados em campo. A seguir, os pesquisadores serão instruídos quanto às diversas maneiras de organizar as informações nos mapas a fim de que possam escolher a mais adequada (legendas, numeração, desenhos etc.). Sugere-se que o verso dos mapas seja revestido com papel contact, ou algo similar, a fim de aumentar a resistência dos mesmos às intempéries e ao manuseio que sofrerão durante as fases de pesquisa de campo.

3 A definição dos dados a serem pesquisados e como eles serão representados na legenda

Esta atividade é de suma importância no processo, pois é quando o grupo de pesquisadores, com auxílio dos integrantes da(s) comunidade(s) presentes, elaboram a lista de categorias de informações que integrarão o mapa cultural. Geralmente, costuma-se partir de informações gerais, como aldeias, rios, lugares de pesca e caça. Normalmente, existem mais de 60 diferentes categorias de informações, mas é possível que surjam novas classes de informações nas oficinas subseqüentes, de acordo com o que foi coletado em campo. O importante é que a comunidade perceba que, de fato, é ela quem determina como será seu mapa. Neste sentido, a metodologia precisa ser extremamente maleável. É preciso lembrar ainda a riqueza dos detalhes culturais que formam o mapa, por isso é desaconselhável fazer uma junção forçada das informações coletadas. Por exemplo, se uma comunidade escolheu refletir na legenda todas as diferentes formas de pesca que eles utilizavam em diferentes localidades, não se deve optar por um único símbolo para refletir seu conhecimento específico em pesca. A escolha das categorias é de inteira responsabilidade da comunidade e por isso deve ser acompanhada pela equipe técnica, para assegurar que a riqueza dos detalhes não seja perdida, prejudicando assim a utilização desse conhecimento pela comunidade, dos tempos atuais e das futuras gerações.



Geralmente, é feita uma lista das categorias de dados a serem pesquisados perante a coletividade. Essa lista é discutida inúmeras vezes pelo grupo, por isso a escolha da lista final pode levar um dia inteiro, não nos esquecendo que a mesma poderá ser acrescentada de novos elementos, conforme já descrito neste manual. Concluída essa etapa, segue-se para a definição da representação da legenda no mapa, ou seja, dos símbolos a serem criados pela própria comunidade. Cada grupo tem sua própria maneira de representar cada categoria de informações na legenda. Pode-se pedir a cada um dos pesquisadores, por exemplo, que desenhe um símbolo para cada uma das categorias e depois escolha um símbolo “vencedor” de forma democrática (por voto). Também pode-se pedir a cada pesquisador que desenhe um símbolo específico para uma categoria, e assim vão se juntando os símbolos. Essas são somente duas das

**Dica à
equipe
técnica**

Nesta fase, a equipe técnica deve tomar o cuidado necessário para orientar sem induzir, deixando que se manifestem

os interesses e a visão da comunidade. Deve ainda informar a todos que, mesmo após esta fase, novos elementos e símbolos podem se acrescentados ou retirados. Em geral, são representados aspectos cotidianos do grupo social (local de pesca, local de caça, extrativismo, aldeias, acampamentos, campo de pouso, montanhas, animais, plantas, lagoas, rios), históricos (pontos de guerra, aldeias antigas), simbólicos (locais de moradas de seres mitológicos, locais de origem mítica), dentre outros; mas cada mapa é individual e reflete diretamente as prioridades e realidade da comunidade.

Depois de escolhidos os elementos, a equipe solicita que os pesquisadores desenhem, em papel A-4, símbolos para representá-los. Logo, os desenhos são fixados em um quadro, parede ou varal, exposto a todos, para que os autores expliquem seu significado, e fotografados pela equipe técnica para facilitar a confecção das células que representarão cada símbolo. Dentre os diversos símbolos apresentados, a comunidade escolhe um para representar cada detalhe. Os desenhos não escolhidos são retirados do painel.

muitas possibilidades para a escolha final dos símbolos que irão compor a legenda. E o papel da comunidade, representada pelos pesquisadores, é decidir junto à equipe como se dará a escolha dos símbolos.

Uma vez escolhido, o símbolo deverá ser anotado, fotografado, e o seu autor terá que refazê-lo em uma folha de papel, colorido e em tamanho apropriado para ser digitalizado e posteriormente vetorizado pela equipa técnica. Para facilitar os trabalhos da equipe técnica, além do nome do símbolo na língua nativa e em português, cada símbolo escolhido receberá um número que mais tarde será a nomenclatura da célula digital que o representará.

Terminada a escolha e o desenho de todos os símbolos, as equipes são informadas de que estes ainda estão “abertos” para mudanças, podendo ser alterados, excluídos ou incluídos novos símbolos, em qualquer fase dos trabalhos. Durante o trabalho de campo, os pesquisadores também poderão encontrar infor-



mações interessantes que não foram contempladas nesta fase. Por isso, é importante deixar a possibilidade de adição de novas categorias de informações na legenda e no mapa durante as outras oficinas.

Para concluir, é preciso lembrar ainda a inclusão dos nomes tradicionais dos lugares, rios, aldeias e de todos os aspectos territoriais da área a ser mapeada. Afinal, um mapa não consiste somente de símbolos, mas também de toda nomenclatura construída socialmente sobre o território representado.

4

Treinamento prático na aldeia

Trata-se de uma oportunidade para que as equipes de pesquisadores coloquem em prática o que aprenderam na teoria. Aqui, os pesquisadores recebem uma “base cartográfica nua” – mapa da região de abrangência do projeto, apenas com a hidrografia e alguns marcos geográficos, sem nomes ou símbolos. Para preenchê-la, os pesquisadores deverão entrar em contato com a comunidade para coletar o máximo de informações com base na legenda criada por eles. Eles recebem orientações da equipe técnica quanto a formas de coleta de dados e de utilização do seu mapa – ainda em branco, e de seus cadernos de campo, essenciais para assegurar o registro das informações obtidas. Neste sentido, os pesquisadores são orientados a escrever os nomes nativos dos rios, montanhas e outros acidentes geográficos e a situar na folha a localização das aldeias, respectivos nomes, acampamentos, aldeias antigas e demais elementos escolhidos para compor o mapa.

Durante a prática de campo, a equipe técnica deve estar à disposição dos pesquisadores para orientar e esclarecer dúvidas. No final do dia, concluído o exercício, os pesquisadores se reúnem, apresentam seus resultados e trocam experiências e idéias.

5 Breve capacitação em pesquisa etnográfica: métodos e técnicas

O mapa cultural é o retrato de um território e uma coletânea de elementos de uma cultura. No entanto, por trás de cada elemento, ou de classes de informações, há questões simbólicas reveladoras de visões de mundo e de valores existenciais, morais e estéticos distintos. Nesse sentido, é fundamental que os pesquisadores iniciem o trabalho de campo, após discutirem livremente sobre essas classes e, igualmente, sobre quais serão as estratégias de pesquisa que visam atender aos seus objetivos. Assim, um trabalho de pesquisa etnográfica pode contribuir com o enriquecimento das informações, a partir da descrição do uso tradicional dos elementos naturais de uma área e das histórias associadas a eles, por exemplo. É também um incentivo para o mergulho em sua realidade cultural, possibilitando os pesquisadores reviver histórias, localidades antigas e costumes de seu povo. Os resultados, em especial sobre os mais jovens, podem ser significativos. Não obstante, permite que os pesquisadores construam uma base de dados própria, que poderá ser utilizada para outros fins, como, por exemplo, a elaboração de cartilhas educacionais ou textos autorais.

Sendo assim, uma orientação adequada em técnicas de pesquisa antropológica, qualitativa ou quantitativa, pode contribuir substancialmente com o aprimoramento dos dados. Técnicas de registro, uso do caderno de campo, elaboração de roteiros de entrevistas de acordo com as especificidades dos atores sociais entrevistados e elaboração de questionários são alguns dos elementos que poderão ser discutidos com os pesquisadores. O importante é considerar técnicas de pesquisa como abertas para se adaptar à realidade local dos pesquisadores. Neste sentido, reforça-se a necessidade de profissionais em antropologia, integrantes da equipe técnica, por serem capazes de lidar com contextos multiculturais e de relações interétnicas. Esses profissionais

também devem acompanhar, de forma sistemática, o tratamento dos dados de campo em conjunto com os pesquisadores comunitários e orientá-los na coleta de novas informações, fortalecendo-os na prática de pesquisa.

6 Entrega do material e encerramento

Agora, os pesquisadores já estão em condições de iniciar os trabalhos. A equipe técnica, junto com as lideranças, resalta novamente a importância dos trabalhos e da participação de todos. Cada equipe recebe um conjunto de mapas com “base cartográfica nua” que cobrem a respectiva área de pesquisa. Esses mapas têm o verso revestido com papel plástico para facilitar o manuseio sem que haja danos. As folhas são acomodadas em tubos de PVC de 100 mm x 1,50 m, com tampa nas extremidades e alça de transporte, de modo a facilitar sua condução durante a fase de pesquisa de campo.

Em conjunto com a comunidade, realiza-se uma avaliação dos trabalhos para diagnosticar possíveis falhas e identificar potencialidades, procurando assim a melhoria constante dos procedimentos.



Material sugerido

Equipe técnica

- Computadores portáteis, com a base cartográfica digital da área do projeto, imagens de satélite do local, aplicativo para o manuseio da base digital;
- mapas e imagens de satélite impressos;
- um tubo de PVC de 100 mm x 1,50 m com tampas e alça para acondicionar os mapas e folhas durante o transporte até as aldeias;
- cópias de mapas e/ou produtos de mapeamentos culturais participativos para utilizar como exemplo;
- dez folhas de cartolina branca ou flip chart;
- rolos de fita durex;
- tubos de cola branca;
- rolos de papel contact;
- tesouras, canetas, lápis, lapiseiras, borrachas;
- caderno de anotações e um caderno de ata;
- pranchetas e réguas;
- rolos de corda tipo varal e prendedores de roupa.

Pesquisadores

Cada pesquisador receberá uma mochila contendo:

- cem folhas de papel A-4;
- uma régua de 30 cm;
- uma borracha branca;
- um lápis preto;
- uma lapiseira e uma caixa de grafites;
- um apontador de lápis;
- uma caixa (com uma dúzia) de lápis de cor;
- uma caixa (com uma dúzia) de caneta hidrocor;
- um rolo de fita durex;
- um vidro de corretor líquido;
- uma capa de chuva.

Atendendo às peculiaridades de cada projeto, ao kit dos pesquisadores poderão ser acrescentados outros utensílios, tais como botas, facão, lanterna, etc.

Equipes de pesquisadores

- Cada equipe receberá (acomodados em um tubo PVC de 100 mm x 1,50 m, com tampa nas extremidades e alça de transporte) mapas e imagens impressos em papel contendo a área de pesquisa da equipe e cadernos de campo.

Primeira etapa de trabalho de campo

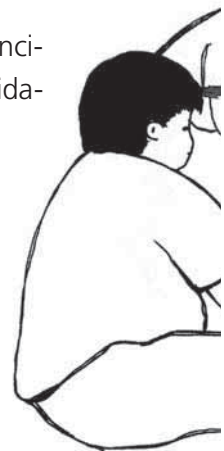
Os pesquisadores, a partir do término da primeira oficina, iniciam a primeira fase dos trabalhos de campo, que tem duração aproximada de trinta dias.

Finalidade

Coletar informações com os moradores – pescadores, caçadores, anciãos, mulheres, pajés – da área pesquisada por cada equipe, de modo a incrementar as informações elencadas coletivamente durante a primeira oficina. As novas informações são incluídas nas bases cartográficas nuas, levadas pelos pesquisadores a campo.

Localização

É importante lembrar que, nesta fase, a principal parte do trabalho é feita dentro das comunidades e não em expedições de campo.



Descrição

Os pesquisadores se dirigem às comunidades de sua área de pesquisa, onde realizam entrevistas estruturadas e conversas informais livres para coletar informações para o mapa. Esse processo de levantamento de informações não segue nenhuma regra em específico, são os próprios pesquisadores que decidem como exercer suas funções.



Dica à equipe técnica

Durante o período em que os pesquisadores estão em campo, a equipe técnica efetua o planejamento para as próximas etapas e se prepara para o tratamento dos dados provenientes do campo, estruturação do banco de dados e elaboração do seu modelo conceitual, de preparação dos mapas que, na próxima oficina, receberão a transcrição dos dados coletados em campo.

CRONOGRAMA		
Atividade	Local	Data
B. VO. Comun.	Indústria	4 de Jul
Trabalho de campo em Taboas	Município de Taboas	5 de Junho
Trabalho de campo em Taboas	Indústria	12 de Setembro
Trabalho de campo em Taboas	Indústria	2 de Outubro
Trabalho de campo em Taboas	Indústria	5 de Outubro
Trabalho de campo em Taboas	Indústria	20 de Outubro
Trabalho de campo em Taboas	Indústria	24 de Novembro
Trabalho de campo em Taboas	Indústria	21 de Dezembro
Trabalho de campo em Taboas	Indústria	2008
Trabalho de campo em Taboas	Indústria	2008
Trabalho de campo em Taboas	Indústria	2008

“Então, foi feita uma expedição para coletar todas as informações que seriam incluídas no mapa. Quando chegamos nas aldeias, os pesquisadores começaram a coletar informações para inclusão no mapa. Vale a pena colocar que os principais fornecedores de informações para o desenvolvimento do mapa foram os índios mais antigos. Eles tinham mais informações e sabiam de muitas coisas que nós os índios mais novos não sabíamos e, através deles, começaram a fazer pergunta para cá, perguntar para lá, e foi assim no período de quinze dias dentro da área indígena. Nesse período, estávamos todos empolgados com o trabalho que vínhamos desempenhando.”

João Evangelista Tiriyo



Material necessário

Pesquisadores

- material recebido em suas mochilas na primeira oficina (kit);
- cadernos de anotações e mapas (bases recebidas para anotação).



Segunda oficina

A segunda oficina tem duração aproximada de duas semanas.

Finalidade

Apresentar e avaliar os dados coletados na primeira fase de campo; verificar possíveis dúvidas, dificuldades, falhas, omissões e espaços não mapeados/pesquisados; interagir pesquisadores com a equipe técnica; socializar as informações coletadas em campo; trocar experiências entre as equipes de pesquisadores; replicar os modelos de sucesso; escolher novas categorias que irão representar as legendas adicionais e o desenho dos símbolos; transcrever e revisar os dados coletados em campo; preparar as folhas e orientar a segunda fase de coleta de dados em campo.

A segunda oficina é a mais longa e a mais trabalhosa para todas as equipes, pois a quantidade de informação vinda do trabalho em campo requer esforço e dedicação para ser transcrita aos novos mapas e registrada como um todo.

Localização

A segunda oficina será realizada, preferencialmente, em um local com rede de energia e infra-estrutura básica para a acomodação de todos os envolvidos. Algumas vezes, a opção por regiões próximas à comunidade pode ser mais conveniente, principalmente se facilitar o acesso da equipe técnica a equipamentos como Plotter e scanner de grande formato. No entanto, nada disso é imprescindível. Se necessário, o trabalho pode ser perfeitamente realizado dentro da comunidade.

Componentes da segunda oficina

1. Abertura e apresentação dos trabalhos de campo;
2. Adaptação da legenda;
3. Revisão e transcrição dos dados;
4. Preparação das folhas e segunda fase de coleta de dados de campo;
5. Avaliação dos dados etnográficos pesquisados;
6. Encerramento.



1 Abertura e apresentação dos trabalhos

Pode ter início com uma apresentação da equipe técnica, palavras das lideranças e da comunidade. O passo seguinte é a apresentação dos dados de campo. As equipes de pesquisadores (ou seus representantes) apresentam suas folhas de mapa já preenchidas e dados de campo. Essas folhas são fixadas na parede ou em qualquer outro lugar, desde que possam ser observadas por todos os participantes. Os pesquisadores deverão fazer uma explicação minuciosa dos trabalhos realizados pela equipe com relação às dificuldades encontradas, novas categorias de dados acrescentados ao trabalho. Concluída essa etapa, as folhas são guardadas, colocadas em uma alguma parede ou penduradas em uma corda, para observação de todos.

2 Adaptação das legendas

A lista dos símbolos definidos na oficina anterior, acrescida de novos símbolos que surgiram durante os trabalhos de campo, bem como corrigida com itens porventura excluídos, é colocada em discussão para que novas alterações sejam feitas, se necessário.



3 Revisão e transcrição dos dados

Os pesquisadores, acompanhados de um revisor da equipe técnica, confirmam e transcrevem todos os dados de campo que estão nos mapas. A princípio, os mapas de campo são colocados sobre uma mesa de trabalho, onde um técnico acompanha e orienta a transcrição dos dados desse mapa para um mapa da área, ainda em branco. Neste momento são feitas a revisão da grafia das palavras e da localização e as correções da base cartográfica; é quando há maior interação entre pesquisadores e equipe técnica. Quando questionados, os detalhes da base cartográfica deverão ser confirmados com os demais, com o auxílio de imagem de satélite e, se for o caso, corrigidos. Para cada ponto, discute-se sua exata localização no mapa. Assim, nessa nova base, os símbolos são desenhados, escritos e numerados para facilitar o trabalho de vetorização pela equipe técnica em gabinete.

Ao final dessa fase, os mapas ficam com a equipe técnica para que sejam iniciados os trabalhos de gabinete. Quando possível, faz-se uma cópia desses mapas para que os pesquisadores os utilizem na segunda fase de trabalho de campo. Caso contrário, os pesquisadores recebem os mapas de campo originais.



4

Junção das folhas em um mapa total da área e a segunda fase de coleta de dados em campo

É recomendável juntar os mapas de campo das áreas individuais para se obter uma total visualização do território mapeado. A junção de folhas também permite identificar quais informações da área foram omitidas e então programar com mais eficiência a nova fase de coleta de dados para preencher essas possíveis lacunas, coletar novas informações e confirmar dados.

É neste momento em que todos estão reunidos que se preparam o cronograma e futuras expedições.

5

Avaliação dos dados etnográficos pesquisados

Esta atividade consiste em catalogar os assuntos pesquisados (por exemplo, parentesco, organização social, modos de produção, histórias míticas, etc.), identificar possíveis lacunas e planejar, caso necessário, um novo levantamento complementar de informações sobre o modo de vida e os aspectos culturais da comunidade envolvida no mapeamento.

Dica à equipe técnica

A experiência tem mostrado a importância da confecção de um mapa geral em menor escala que contemple toda a área mapeada, pois, em geral, a visão das comunidades não é fragmentada. A territorialidade representada como um todo facilita a visão e a compreensão de um con-

junto de relações sociais, culturais, políticas e econômicas em constante dinamismo e de seu universo simbólico, os quais não podem ser separados. Assim, sugerimos que na escolha dos formatos de impressão sejam confeccionados tanto mapas gerais quanto parciais, onde o mapa geral permitirá a visão do todo e os mapas parciais permitirão um detalhamento das informações.

6 Encerramento da oficina

Encerra-se com a orientação da equipe técnica aos pesquisadores para a segunda fase dos trabalhos de campo e com a avaliação dos trabalhos até então realizados, para verificar erros e acertos.

Material necessário

Pesquisadores

- Material recebido na primeira oficina (kit);
- Cadernos de anotações e os mapas contendo os dados coletados na primeira fase de campo.

Equipe Técnica

- Providenciar local amplo, com três mesas grandes, nas quais possam ser colocados os mapas para revisão e transcrição dos dados;
- Dois computadores portáteis com aplicativos de CAD, gerenciador de imagens, base cartográfica e imagens de satélite da região de interesse;
- Mapas impressos da região de interesse em quantidade suficiente para receber a transcrição de todos os mapas;
- Folhas para flip chart, pincel atômico, lápis, lapiseiras, canetas, borrachas, rolo de fita durex branca, tubos de cola, caderno de anotações, prancheta, pastas plásticas com elástico, tesoura, régua, 2 resmas de papel A-4, um rolo de papel plástico, cordas (tipo varal), prendedores (de roupa).

Segunda etapa de trabalho de campo

Nesta etapa, a duração pode variar de 2 a 4 semanas.

Finalidade

Corrigir, junto com a comunidade, as informações já obtidas e coletar as que ainda estejam faltando.

Localização

Nas comunidades e expedições de campo.

Descrição

Geralmente, ao organizar os mapas na segunda oficina, verificam-se regiões carentes de informações, ou porque as pessoas que conhecem o lugar não estavam presentes, ou porque é necessário obter mais detalhes a partir de expedições em conjunto com outros membros da comunidade que têm familiaridade com aquelas regiões. É nesta segunda etapa do trabalho de campo que pesquisadores e informantes da comunidade executam expedições para áreas do território onde há informações relevantes, mas que ainda não foram coletadas para o mapa.

Material necessário

Pesquisadores

- material recebido na primeira oficina (kit);
- cadernos de campo e os mapas contendo os dados coletados na primeira fase de campo;
- combustível, alimentação e transporte para expedições.

“Os pesquisadores indígenas fizeram várias expedições de campo para colher informações e saber melhor o que proteger como a flora, a fauna, a cultura, os sítios sagrados e outros”

Juventino Kaxuiana



Simultaneamente à segunda fase de pesquisa em campo, os dados gerados na pesquisa de campo e oficina anteriores são trabalhados em gabinete, a confecção das células individuais e da biblioteca de células são iniciadas e o banco de dados é alimentado com as informações disponíveis. As informações marginais, legenda e dados de rodapé também são iniciados durante este período.

Terceira oficina

A terceira oficina tem duração aproximada de uma semana.

Finalidade

Receber e avaliar os dados coletados na segunda fase de campo; verificar se foram sanadas as dúvidas, dificuldades, falhas e omissões detectados na oficina anterior; escolher o nome do mapa e os símbolos das bordas; definir a escala de impressão.

Localização

Aqui vale a mesma regra da segunda oficina. O importante é ter a infra-estrutura de apoio necessária à execução dos trabalhos.

Componentes

1. Abertura e apresentação dos trabalhos;
2. Apresentação dos dados gerados em gabinete;
3. Escolha de título e símbolo de borda para o mapa;
4. Escolha da escala e formatos de impressão;
5. Encerramento.

1 Abertura e apresentação dos trabalhos

Assim como na oficina anterior, esta oficina pode ter início com a apresentação da equipe técnica, palavras das lideranças e da comunidade. A seguir, a apresentação dos dados de campo adicionais e com as informações já corrigidas. As equipes de pesquisadores (ou seus representantes) apresentarão a todos as suas folhas de mapa preenchidas e seus dados de campo. Essas folhas são fixadas na parede ou em qualquer outro local, desde que à frente de todos os participantes. Os pesquisadores deverão fazer uma explicação minuciosa dos trabalhos realizados pela equipe, das dificuldades encontradas e novas categorias de dados acrescentados ao trabalho. Concluída esta etapa, as folhas são guardadas, colocadas em uma parede ou penduradas em uma corda, para observação de todos.



2 Apresentação dos dados gerados em gabinete

As folhas geradas em gabinete serão expostas aos pesquisadores e confrontadas com os dados de campo que as originaram. As folhas serão fixadas na parede (ou corda) à frente de todos. À equipe técnica cabe explicar aos presentes, de maneira objetiva, como foram obtidos os dados e confrontar os símbolos desenhados pela comunidade com as células feitas pela equipe técnica. Caso haja interesse, os detalhes técnicos do processo serão explanados.

As folhas de mapa geradas em gabinete serão colocadas sobre a mesa de trabalho. Os pesquisadores, de posse da folha de mapa utilizada em campo e junto com um orientador da equipe técnica, irão revisar as informações. A folha impressa é comparada com a folha de campo e todos os dados são confirmados pelos pesquisadores (nomes, símbolos, aldeias, locais, etc.). Os dados obtidos na segunda fase de coleta em campo são, neste momento, anotados sobre as folhas impressas para que sejam posteriormente digitalizados.

Nesta ocasião, as células digitais dos símbolos da legenda são avaliadas pelos pesquisadores e, se necessário, modificadas com o objetivo de melhor representar os desenhos feitos. Caso novas categorias de dados tenham sido inseridas após a segunda oficina, os pesquisadores desenharam essas novas informações em papéis A-4, fotografam e enumeram. Os papéis contendo os novos dados podem ficar expostos para apreciação de todos os participantes, assim como nas oficinas anteriores. No final da oficina, todas as folhas de mapa ficarão com a equipe técnica para que sejam iniciados os trabalhos de gabinete.³

³ Concluída a confecção do mapa, todo e qualquer tipo de material usado para a coleta e confecção do mapa, como mapas de campo, cadernos, desenhos dos símbolos da legenda devem ser devolvidos à comunidade pela equipe técnica.

3 Escolha de título e símbolo de borda para o mapa

Os pesquisadores, em acordo com a comunidade, escolhem um nome para figurar no mapa impresso e, segundo a vontade do grupo, poderá ser grafado no(s) idioma(s) nativo(s) e também em português.

Procedimento semelhante é adotado para a escolha dos desenhos que irão compor as bordas dos mapas. Em geral, a borda é composta de grafismos já utilizados pelo grupo em seus objetos, cerâmicas ou pinturas corporais, sendo portanto dotados de significados culturais. Os símbolos escolhidos pelo grupo deverão ser desenhados por alguém da comunidade para ser digitalizado e inserido no mapa pela equipe técnica.



4 Escolha do formato dos mapas finais (sendo escala e formatos de impressão)

A escala de impressão e os formatos são definidos conjuntamente por pesquisadores e técnicos, considerando a relação escala x tamanho do formato. Muitas vezes, o tamanho da área e a quantidade de informações não permitem gerar um mapa da área inteira, com todas as informações coletadas. Neste caso, pesquisadores e equipe técnica precisam trabalhar em conjunto para montar o mapa geral. Às vezes, isso significa modificar a legenda para torná-la menos detalhada e escolher quais informações deverão entrar ou ficar de fora. Esta é uma boa oportunidade para também refletir sobre temas que afetam a área em sua totalidade.



Dica aos
cartógrafos

Os trabalhos de gabinete entram em sua fase mais intensa, e todas as informações são inseridas de forma conjunta, gerando o mapa mais completo possível e mais próximo do formato editorial final, com especial atenção aos detalhes, facilitando os trabalhos da fase seguinte, a de revisão final.

5 Encerramento da oficina e preparativos para a fase de revisão

Após a terceira oficina, as atividades são encerradas e os materiais necessários aos trabalhos de gabinete ficam com a equipe técnica. (Conforme dito anteriormente, todo o material deverá ser devolvido aos pesquisadores e à comunidade, no final dos trabalhos). Seguindo o cronograma, todos serão informados sobre a data e o local para revisão final dos mapas.

Material necessário

Pesquisadores

- material recebido na primeira oficina (kit);
- cadernos de campo e mapas contendo os dados coletados nas duas fases de coleta de campo.

Equipe Técnica

- O mesmo material utilizado na oficina anterior, sendo que nesta fase os mapas impressos estarão acrescidos dos dados coletados na oficina anterior.

Revisão final do mapa

A revisão final dura aproximadamente dois dias, podendo se estender por várias semanas. O importante é que o mapa seja devidamente apresentado às comunidades envolvidas.

Finalidade

Apresentar aos pesquisadores e à comunidade uma versão preliminar dos mapas; avaliar os trabalhos de edição cartográfica executados em gabinete; revisar os trabalhos; identificar possíveis erros ocorridos nos trabalhos de gabinete; validar a conclusão dos trabalhos desenvolvidos com a apresentação e revisão do produto final, os mapas culturais.

Localização

A ser definido pelos parceiros e comunidades envolvidas.

Componentes

1. Trabalho de revisão com a equipe técnica;
2. Revisão junto com as comunidades.

1 Trabalho de revisão

Técnicos, pesquisadores, lideranças e demais interessados irão avaliar, revisar e, eventualmente, sugerir mudanças, inclusões e exclusões no mapa. Serão analisados com atenção e minúcia: grafia, tamanho, cor, localização, estilo e peso dos traços, estilo das fontes, as bordas do mapa, informações marginais, o título, as legendas, símbolos, informações institucionais, traçados dos rios e outros acidentes geográficos, toponímia.

As informações de natureza técnica, tais como coordenadas, declinação magnética, convergência meridiana, articulação da folha, créditos, devem ser discutidas com a comunidade.

Todas as observações e detalhes a serem modificados serão anotados nos próprios mapas e em cadernos para que sejam feitas as correções necessárias.



2 Revisão junto com as comunidades

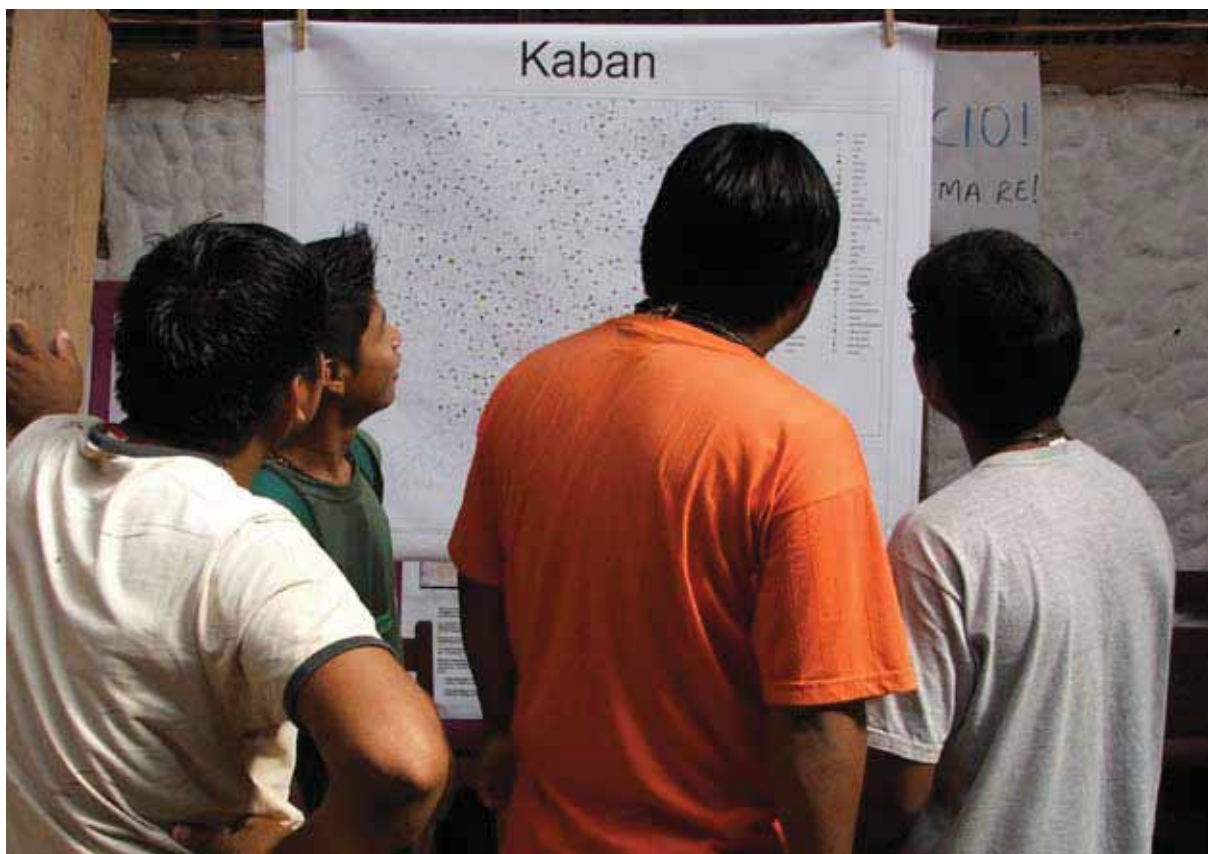
Depois de fazerem a revisão junto com a equipe técnica, os pesquisadores levam cópias dos mapas para suas comunidades para uma avaliação final. Eles fazem apresentações do mapa aos interessados e juntos discutem os últimos detalhes. Os comentários feitos durante a avaliação devem ser anotados em cadernos e nos próprios mapas a serem encaminhados à equipe técnica para que sejam incluídos na geração final do mapa (ou dos mapas).



A revisão deve ser feita minuciosamente, símbolo por símbolo, feição por feição, por diversos pesquisadores, sempre acompanhados de um técnico.

Material necessário

- impressões de todos os mapas produzidos;
- todos os mapas utilizados pelos pesquisadores em campo;
- os desenhos originais dos símbolos selecionados;
- os desenhos originais dos símbolos de borda dos mapas;
- dados dos cadernos de campo e outros registros (fitas gravadas com as entrevistas, por exemplo);
- todas as anotações feitas nas oficinas anteriores.



Entrega dos mapas

Objetivo

Apresentar o resultado do trabalho – o mapa propriamente dito – a comunidade, lideranças, autoridades, parceiros e demais interessados.

Localização

Depende da decisão da comunidade.

Descrição

Finalizado o trabalho de revisão (em campo e em gabinete), e seguindo o cronograma, será então definida a data para entrega do mapa final às comunidades. As estratégias e locais de distribuição dos mapas entre as comunidades beneficiárias, assim como sua divulgação, depende exclusivamente dos propósitos e prioridades definidos pela comunidade. Sugere-se que se enfatize – e não raras vezes isso ocorre sem interferência da equipe técnica de apoio – pontos estratégicos nas comunidades, como casas de reuniões, escolas, postos de saúde, centros culturais, dentre outros. Pode-se, igualmente, pensar em estratégias que disseminem os resultados do trabalho de mapeamento para fora do âmbito local, divulgando-os em municípios vizinhos, ONGs, outras associações comunitárias, mídia, de modo a replicar o conhecimento sistematizado e a própria cultura do grupo. Pode-se, ain-

A duração nesta etapa depende da decisão da comunidade

da, optar por apresentações públicas, acompanhadas de debates que sinalizem problemas e busquem soluções e alternativas, sejam eles territoriais, ambientais, educacionais, ou de qualquer outra ordem, fruto das reflexões surgidas durante a execução do mapeamento cultural.



Considerações Antropológicas e Legais

Por Júlio César Borges, antropólogo, doutorando do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília e técnico da ACT Brasil.

O objetivo desta publicação é divulgar a metodologia de mapeamento cultural colaborativo com a qual a ACT Brasil e seus parceiros indígenas vêm trabalhando desde 2001, data do mapeamento cultural dos territórios Yawalapiti e Kamayurá, no Alto Xingu. Nossa intenção é disseminar um conjunto de procedimentos metodológicos capaz de atender à demanda por maior participação popular nas políticas de ordenamento territorial, promovendo assim o protagonismo dos chamados povos tradicionais¹. Antes de apresentar a metodologia propriamente dita, é preciso tecer alguns comentários sobre dois conceitos centrais na construção dos mapas culturais colaborativos.

O primeiro é o conceito de cultura, ou seja, o modo como cada grupo humano atribui significados ao mundo natural, às coisas do mundo e às relações sociais. Por cultura entende-se os

1 Segundo decreto presidencial de 13 de julho de 2006 (D.O.U, 14 de julho de 2006, seção 01, p. 19), são considerados “povos tradicionais”, dentre outros, os agricultores, seringueiros, comunidades de fundo de pasto, faxinais, quilombolas, pescadores, caiçaras, ciganos, quebradeiras de côco babaçu e indígenas.

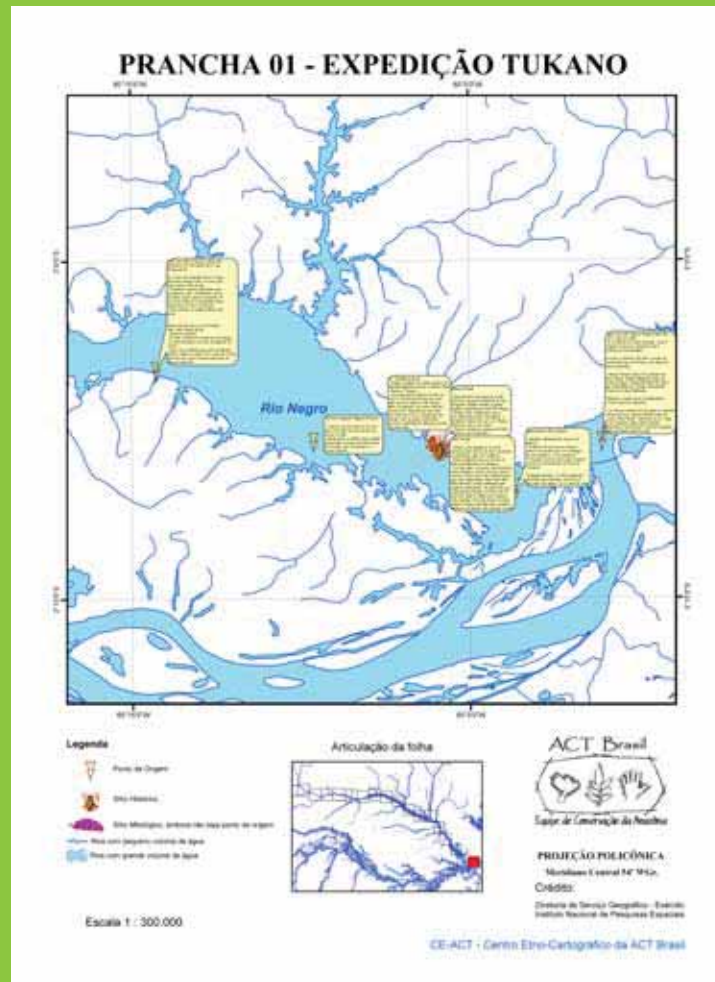
sistemas simbólicos que informam a visão de mundo, os usos e costumes de um povo, fazendo com que o seu modo de vida seja dotado de particularidade. A própria cultura é um mapa, pois é ela que fornece os esquemas cognitivos a partir dos quais as pessoas conduzem as suas práticas cotidianas. A cultura é dinâmica e aberta a mudanças, muitas das quais surgem a partir do contato com outras culturas. É o repertório de símbolos presente na forma como cada sociedade se apropria do seu ambiente e na forma como constroem seu espaço. A cultura é retratada nos mapas elaborados a partir da metodologia colaborativa que aqui apresentamos. Tais mapas demonstram visualmente os modos particulares pelos quais os territórios são construídos social e culturalmente.



Territorialidade é outra noção presente nos trabalhos de mapeamento colaborativo da ACT Brasil. Ela remete às especificidades pelas quais cada grupo constrói seu território, valendo-se de idéias, valores e categorias próprias. Os territórios dos povos tradicionais, dos povos indígenas, não podem ser vistos apenas como base da produção da vida material. Eles são o fundamento das suas formas de estar-no-mundo, das suas identidades étnicas, dos seus sistemas sociais e do pleno funcionamento do cosmos segundo suas visões de mundo. O território é configurado por caminhos terrestres e fluviais que conduzem aos locais de caça, de pesca, de coleta, às casas dos parentes; as moradas de seres mitológicos o tornam repleto de significados cosmológicos; os lugares dos rituais e das cerimônias fazem dele palco para celebração da vida e do viver-junto. O território é tecido pela memória e pela subjetividade. E também é feito de valores estéticos, pois certas paisagens são protegidas para garantir a beleza do mundo.

Para muitos povos indígenas, o território é configurado pela mitologia ou pelo xamanismo, tal como entre os grupos Tukano Oriental. A metodologia que a ACT Brasil utiliza é aliada dessa cartografia multidimensional na produção de documentos para a defesa de direitos territoriais e culturais, do patri-

mônio material e imaterial. Nos mapas culturais, podem ser georeferenciados lugares onde ocorreram eventos marcantes para a história e a identidade dos povos tradicionais e indígenas, segundo suas visões de mundo. Muitos desses lugares estão ligados à própria origem dos seres humanos e do mundo.



No mapa acima, podemos verificar um aspecto da cartografia cosmológica dos povos da tradição Tukano Oriental, que vivem nos dois lados da fronteira Brasil-Colômbia. Ele retrata parte do trabalho de mapeamento cultural colaborativo realizado com dois kumus (pajés) Tatuyo e uma liderança Bará, do Vaupés colombiano. Na Expedição Tukano, como foi batizado o trabalho, foi refeito o percurso mitológico da Cobra Grande com o objetivo

de identificar “os locais de origem” (Pamuri Wiri) dos elementos que compõem o mundo segundo sua visão. Esses “locais de origem” são evocados em diversos mitos, cuja narração procura reconstituir a criação do Cosmos e é geralmente praticada em contextos de rituais de cura. Reviver o mito, portanto, é reconfigurar a geografia ancestral.

A viagem, que contou com o apoio técnico, financeiro e logístico da Amazon Conservation Team, teve início no encontro das águas do rio Solimões com o rio Negro (próximo à cidade

de Manaus), onde, segundo a mitologia compartilhada pelos grupos Tukano, está situado o Lago de Leite, ponto no qual teve início a viagem de origem dos seres humanos e dos seus artefatos culturais, tais como a cuia e a flauta do Jurupary, no interior da Cobra Grande. Daí seguiu até São Gabriel da Cachoeira.

O mapa cultural procura ser fiel à cartografia mitológica dos Tukano. Ele ajuda a demonstrar que as categorias territoriais dos estados brasileiros e colombianos dirigidos aos povos indígenas (Terras Indígenas e Resguardos, respectivamente), bem como a fronteira entre os dois países, configuram arbitrariedades exógenas aos territórios indígenas tradicionais, desenhados e redesenhados pela mitologia, pelas práticas cotidianas e pelo ritual.

São esses aspectos do território, sempre particulares a cada povo, que aparecem nos mapas culturais colaborativos, que não perdem de vista os constrangimentos impostos pela situação de contato, em especial as categorias jurídicas oficiais que definem e limitam as terras indígenas. Por isso, é importante ver que os territórios são configurados pelas relações

A metodologia de mapeamento cultural colaborativo promove o empoderamento dos povos tradicionais, pois permite que eles próprios elaborem um importante documento para a defesa dos seus direitos territoriais e dos seus patrimônios materiais e imateriais.

sociais internas aos grupos sociais e pelas relações interétnicas. Sua conotação política faz com que um território seja sempre o território de um grupo étnico, o qual busca manter o controle sobre os recursos bioculturais nele contidos.

Os mapas culturais colaborativos são documentos que dão visibilidade aos simbolismos e aos usos tradicionais dos territórios, servindo de instrumento contra a expropriação de supostos “espaços vazios”. Trata-se de uma metodologia colaborativa, mais do que participativa, porque quem lidera o processo de mapeamento são as próprias comunidades, suas lideranças e instituições representativas, segundo seus costumes e tradições.

É colaborativa porque é executada na interface entre a cartografia convencional e os saberes geográficos tradicionais. Comunidade e equipe técnica compõem um “time” para elaboração de mapas que demonstram a vinculação histórica ou cosmológica do povo com o seu território. Assim, trata-se de uma metodologia intercientífica. Ela é o resultado da aplicação de métodos das ciências ocidentais (cartografia e antropologia, notadamente) associados a métodos próprios dos sistemas de conhecimento tradicionais, nos quais a arte narrativa e o simbolismo gráfico são alguns dos aspectos essenciais. Procura-se pôr em prática uma visão mais simétrica das ciências, segundo a qual o caminho mais frutífero para construção de um mundo mais sustentável é o diálogo entre os saberes oriundos de diferentes experiências civilizatórias.

Nesta metodologia, os povos tradicionais são os protagonistas do processo de construção dos mapas culturais; eles são encarados como sujeitos de conhecimento em pé de igualdade com os técnicos ocidentais, seus colaboradores. Procura-se dar visibilidade, segundo a cartografia ocidental, ao seu conhecimento sobre o território, respeitando os vínculos que suas cosmovisões pressupõem entre os mundos biofísico, humano e espiritual. Nos mapas colaborativos, natureza e cultura não estão separadas. Não é por acaso que os mapas produzidos segundo essa metodologia

apresentam uma riqueza de detalhes que confunde aqueles que não estão familiarizados com as cartografias indígenas. Por isso é importante ressaltar que os mapas são produzidos pelas comunidades, para elas próprias.

Vale destacar, ainda, que a metodologia de mapeamento cultural possibilita os jovens um maior conhecimento sobre a geografia do seu território. Ela prevê duas etapas de trabalho de campo, nas quais os pesquisadores nativos saem a caminhar pelas aldeias ouvindo os velhos, os pescadores, os caçadores, as mulheres, e todos aqueles que, de alguma maneira, tenham conhecimento sobre a área a fim de que seja registrado e mapeado. Além disso, o trabalho de campo desses pesquisadores exige que eles caminhem pela área para que eles próprios conheçam rios, igarapés, locais de caça e de pesca, sítios históricos e mitológicos que, de outro modo, talvez não lhes fossem empiricamente conhecidos. Assim, a metodologia de mapeamento cultural colaborativo cria condições para que o território seja conhecido e, desse modo, melhor protegido.

Os mapas culturais colaborativos procuram registrar a nomenclatura nativa dos lugares, dos cursos d'água, dos acidentes geográficos e dos seres que habitam o mundo. Mas o mais importante aspecto da metodologia é que as prioridades de pesquisa, ou seja, a definição dos itens a ser mapeados, são feitas pelas comunidades segundo suas prioridades e interesses culturais; os nomes e os desenhos são feitos por seus representantes para que sejam criados como sua propriedade, como um documento do seu povo.

Deve-se reconhecer que os mapas são produzidos no campo das relações interétnicas e implicam a apropriação – diferenciada conforme cada caso – de instrumentos técnicos e metodológicos das sociedades ocidentais por parte dos povos tradicionais. Visam à garantia de direitos, à valorização das identidades étnicas face à erosão cultural provocada pelo contato com a sociedade de mercado, à formulação de políticas de compensação, à im-

plantação de grandes obras de infra-estrutura e à revalorização cultural através da elaboração de estratégias de etnoeducação. Com os mapas culturais, os chamados conhecimentos tradicionais ganham visibilidade cartográfica, demonstrando os locais de uso dos recursos naturais e também os sítios históricos e mitológicos.

Potenciais usos que os mapas culturais colaborativos podem ter para os povos tradicionais

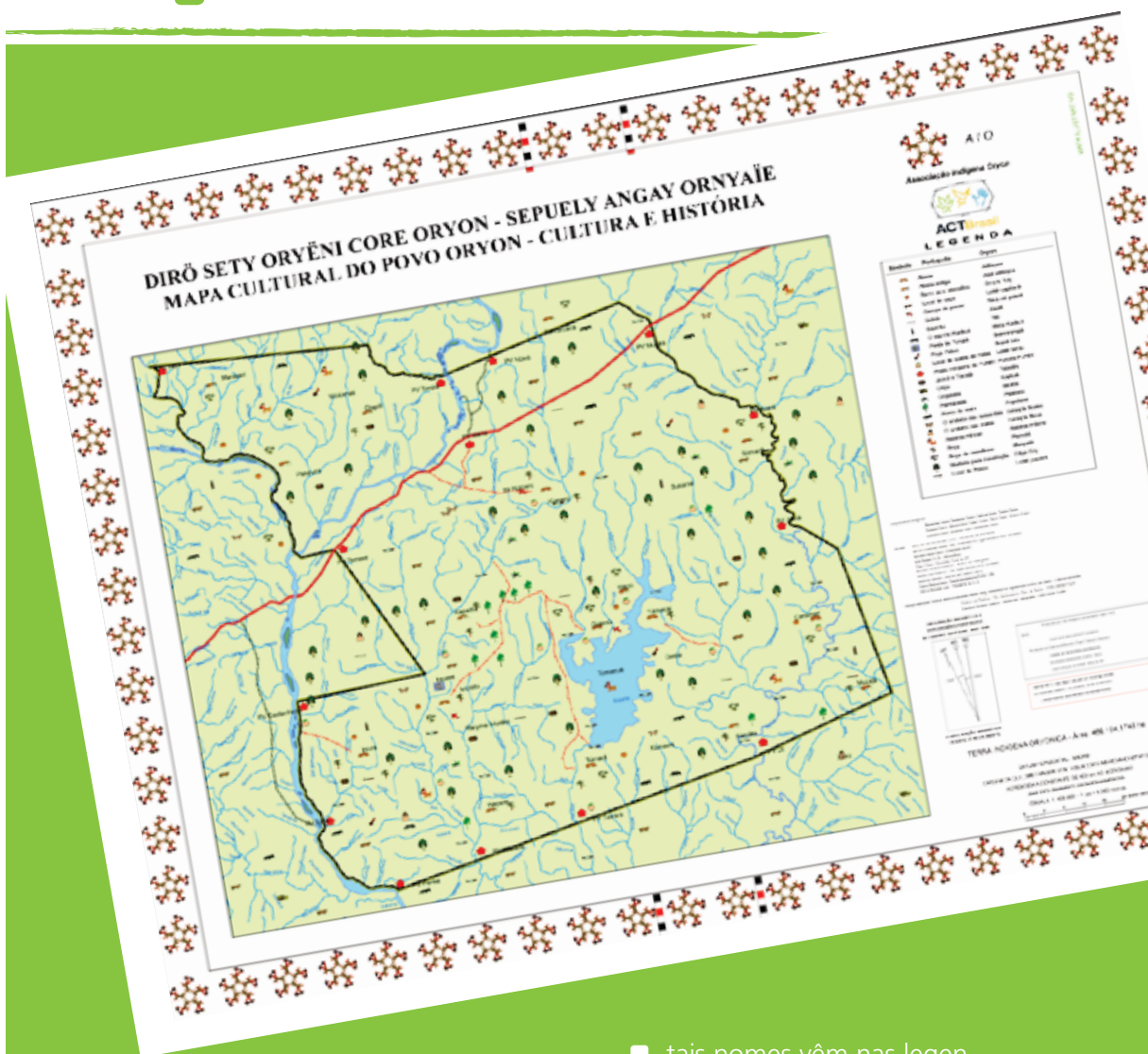
- Projetos de etnodesenvolvimento baseados nos saberes tradicionais;
- Planos de manejo sustentável e autônomicos;
- Documentos para defesa do território, gestão territorial e ambiental;
- Planejamento comunitário em suas relações com o Estado: por exemplo, demanda por projetos de geração de renda ou segurança alimentar;
- Proteção dos conhecimentos tradicionais: registro das formas de uso de recursos naturais conforme os lugares em que ocorrem;
- Educação escolar diferenciada: apoio para produção de material didático e paradiático.

Após cinco anos de aplicação e aprimoramento da metodologia de mapeamento cultural, a ACT Brasil reconhece alguns desafios na caminhada para fazer dos mapas culturais instrumentos cada vez mais colaborativos. O primeiro deles é reconhecer a historicidade dos mapas para então trabalhar periodicamente em atualizações protagonizadas pelas comunidades de modo a revelar padrões de mobilidade dos assentamentos humanos, mudanças de locais de atividades produtivas, alterações no uso dos recursos naturais e outras informações úteis à planos de gestão ambiental e territorial. Isso requer um investimento financeiro e técnico para capacitação de membros das comunidades para que possam manejar os conceitos da cartografia ocidental e as ferramentas de um laboratório de geoprocessamento e para que domine a metodologia de mapeamento cultural, o que em parte está sendo cumprido com esta publicação.

Outro desafio demanda um esforço técnico para que os mapas sejam cada vez mais fiéis às diferentes cosmovisões acerca dos mundos biofísico, humano e espiritual. Concomitantemente, deve-se dar seguimento aos mapas com elaboração de material didático e paradidático visando a formação de pesquisadores e professores indígenas e à elaboração de planos de manejo, de gestão territorial e de proteção biocultural.

Os etnomapas, ou mapas culturais colaborativos, servem de instrumento para solicitar responsabilidades dos governos, fortalecer os processos democráticos e promover a coesão das comunidades (ALCORN, 2000). Para Vieco (2000), é o único ramo da cartografia capaz de representar uma territorialidade baseada em modelos multidimensionais de mundo, construído pelas sociedades de acordo com suas estratégias de manejo do mundo e seu universo simbólico, com uma série de relações sociais em constante dinamismo. Contribui para a percepção da maneira como os grupos étnicos se relacionam com o meio e de que maneira estão sujeitos a ele para a manutenção e desenvolvimento de suas vidas (MAGALHÃES et al., 2003). Ataíde (2005) vê a etnocartografia como uma ferramenta para a preservação e manejo sustentável, que fornece elementos qualitativos e quantitativos necessários à elaboração de estratégias

conservacionistas e políticas participativas de Zoneamento Ecológico Econômico, permitindo ainda superar as limitações da cartografia convencional e da análise científica, retratando processos dinâmicos e evidenciando dados que se relacionam com a dinâmica social. Trata-se de uma metodologia que revela a nova forma de relação entre a cartografia e o etnoconhecimento e reproduz um conjunto de relações sociais, culturais, políticas e econômicas, constituindo assim um importante instrumento para se atingir o desenvolvimento sustentável de base participativa. Essa "Nova Cartografia" (TOLEDO MAYA CULTURAL COUNCIL & TOLEDO ALCALDES ASSOCIATION, 1997) surge em oposição à falta de conhecimento e ao descaso acerca dos saberes tradicionais, podendo contribuir de forma efetiva com a formação de políticas públicas que atendam ao bem comum (ATAÍDE & MARTINS, 2005).




Importância dos mapas culturais colaborativos para a valorização das identidades étnicas:

- os mapas contêm nomes dos seres e dos lugares na língua nativa;

- tais nomes vêm nas legendas e no nome do mapa;
- as bordas do mapa contêm desenhos tradicionais;
- os desenhos das legendas são elaborados pelos índios segundo suas regras estéticas e suas lógicas de representação coletiva de eventos, seres e lugares.

Marcos Legais



O processo de produção dos mapas culturais implica, de alguma maneira, o acesso aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Nesse sentido, é importante prever mecanismos de proteção aos conhecimentos tradicionais através do estabelecimento de convênios ou termos de cooperação técnica, nos quais se reconheça a propriedade dos dados e dos mapas como sendo das comunidades ou povos tradicionais, os direitos de divulgação e o marco legal que regula a questão em referência à Convenção da Diversidade Biológica (Artigo 8j), à Medida Provisória 2186-16/01 e à Lei 6001/73.

Abaixo, segue um excerto do termo de cooperação técnica firmado entre a ACT Brasil, Kanindé e Organização Indígena Metairrelá para o mapeamento cultural da Terra Indígena Sete de Setembro, do Povo Suruí-Paiter, iniciado em setembro de 2006 e concluído em abril de 2007.

CLAÚSULA OITAVA – PROTEÇÃO AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

A ACT BRASIL e a Kanindé, seus diretores, funcionários, consultores e representantes, comprometem-se a não coletar e/ou retirar das Terras Indígenas qualquer tipo de informação ou material que possua acesso a conhecimento tradicional associado, biodiversidade, patrimônio genético, geológico e/ou arqueológico, sem a devida autorização das comunidades e suas associações representativas, CGEN/IBAMA e FUNAI, em conformidade com a legislação vigente.

Fica proibida pelo presente Acordo a realização de qualquer atividade relacionada à bioprospecção e/ou ao acesso a conhecimento tradicional, em conformidade com a Medida Provisória nº 2186/01 e a Lei 6001/73.

Os convênios firmados entre a ACT e povos indígenas do Xingu, com interveniência da FUNAI, são claros ao estabelecer que os mapas são propriedade exclusiva das comunidades indígenas, que têm o direito inalienável de autorizar ou não o seu uso por terceiros. O mesmo dispositivo se encontra no convênio firmado com os povos do Tumucumaque com o objetivo de proteger os conhecimentos tradicionais associados. A Cláusula Décima-Primeira – “Da Propriedade dos Dados” - define que:

“Os DADOS e INFORMAÇÕES obtidos em função deste Convênio, seja durante a geração, ou após a confecção dos mapas, serão de propriedade exclusiva das comunidades indígenas”.

“Parágrafo Primeiro – É vedado o uso particular, apropriação, utilização e/ou benefícios outros do conhecimento tradicional indígena e da biodiversidade, com observância e conformidade na LEI nº. 9610/98 e na LEI nº. 6001/73” (Convênios n. 003/2001, 003/2002 e 12/2002).

Nos três convênios (dois para a T.I. Xingu e um para a T.I. Tumucumaque), existem mecanismos que asseguram o respeito ao conhecimento tradicional associado a recursos genéticos. Há uma cláusula específica – “Das Atividades” – que estabelece:

“o levantamento de campo das características geográficas naturais (como rios, lagos, montanhas, aldeias), áreas de uso tradicional e sítios de interesse dos índios, serão identificados em campo apenas pelos índios (dentro dos limites da Terra Indígena)”.

Os mapas culturais são importantes instrumentos para a defesa dos direitos indígenas, em especial o direito à terra e aos recursos naturais para usufruto exclusivo dos povos indígenas. Nesse aspecto, a metodologia utilizada pela ACT Brasil está ancorada na Constituição Federal (Artigos 231 e 232) e na Convenção 169, da OIT.

O artigo 231 da Constituição Federal reconhece como Terras Indígenas tradicionalmente ocupadas as áreas: nas quais os povos indígenas mantêm as suas habitações permanentes; que contêm os recursos naturais necessários ao seu bem-estar; que são utilizadas para suas atividades produtivas; e que são imprescindíveis para sua reprodução física e cultural. Esses aspectos podem ser mapeados e os seus respectivos mapas utilizados para garantia e a defesa dos territórios tradicionais. É importante mencionar, todavia, que cabe à União a tarefa de “demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens”.

A Constituição de 1988 segue a tendência de outros países da América Latina que, a partir dos anos 70, passaram a reconhecer os direitos coletivos dos povos indígenas, em especial o direito à terra. Antes do Brasil, Panamá (em 1972), Peru (em 1979), Guatemala (em 1985) e Nicarágua (1987) já haviam reconhecido os povos indígenas não como um estágio da humanidade à espera da assimilação na civilização ocidental, e sim como sociedades

culturalmente diferenciadas e com regimes particulares de organização política, de visão de mundo e de propriedade da terra².

Em 2002, o Brasil ratificou a Convenção 169 (Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes), da Organização Internacional do Trabalho, aprovada em Genebra, no dia 27 de junho de 1989. Acompanhando as mudanças nas perspectivas sobre povos indígenas, forçadas em parte pelo movimento da sociedade civil organizada, a Convenção substituiu o preceito legal da integração, que constava na Convenção 107, em vigor desde 1957, pelo princípio da autodeterminação dos povos indígenas. Assim, a Convenção 169 trouxe grandes avanços na legislação indigenista internacional, dentre os quais o reconhecimento do direito à terra, vista como essencial para a afirmação e perpetuação dos povos indígenas enquanto sociedades culturalmente diferenciadas. Em seu Artigo 13, § 1º, a Convenção assevera que:

“os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação”.

2 ORTIGA, Roque Roldán. *Models for recognizing indigenous land rights in Latin America*. The World Bank Environment Department, october 2004. p. 5. (Biodiversity Series; Paper n. 99)

Referências

ALCON, Janis B. *Keys to unleash mapping's good magic*. Disponível em: <http://www.iapad.org/publications/ppgis/keys_to_unleash_mapping's_good_magic_f.> Acesso em: jan. 2000.

ATAIDE, Marcos Sebastião. *Aplicações da etnocartografia*. Manaus, 2005. (Monografia)

ATAIDE, Marcos Sebastião; MARTINS, Ayrton Luiz U. A etnocartografia como ferramenta de gestão. In: Congresso Brasileiro de Cartografia. *Anais...* Macaé, 2005.

MAGALHÃES, Juliana; OLIVEIRA, Regina; ALMEIDA Ruth. Uso de recursos naturais pela comunidade Xavier, no entorno da UHE Curuá-uma. In: Congresso de Ecologia do Brasil. *Anais...* Belém, 2003.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia M.; SILVESTRE, Luiz Henrique A. Comunidades rurais e recursos comuns nas Chapadas do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. *Anais...* São Paulo, 2004.

SILVA, Eliane A. Cartografia e meio ambiente II. In: Congresso Brasileiro de Cartografia. *Anais...* Belo Horizonte, 2003.

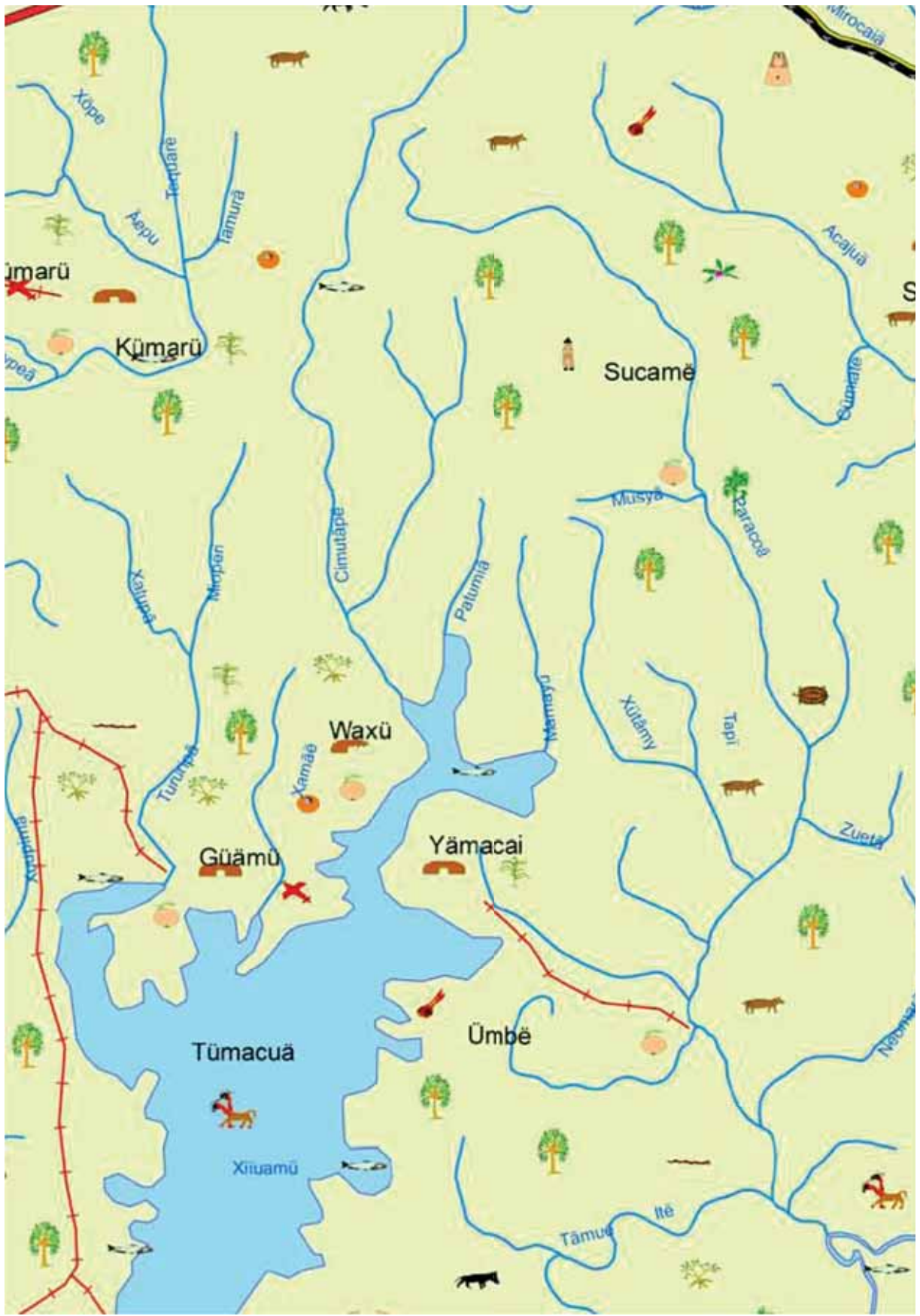
TOLEDO, Maya. Maya Atlas: the struggle to preserve Maya land in southern Belize. In: TOLEDO MAYA CULTURAL COUNCIL and TOLEDO ALCALDES ASSOCIATION. *North Atlantic Books*. Berkeley, 1997.

VIECO, Juan José; FRANKY, Carlos Eduardo; ECHEVERRI, Juan Álvaro. *Territorialidad indígena y ordenamiento en la Amazonia*. Santafé de Bogotá: Univ. Nacional de Colombia, 2000.





Esta obra foi composta pela equipe da ACT Brasil e foi impressa no verão de 2008, na cidade de Brasília/DF, pela Athalaia Gráfica e Editora. O papel utilizado no miolo é o reciclado 90 g/m² e o tipo utilizado no texto é Frutiger no corpo 11/16. A capa foi impressa em papel cartão supremo 250 g/m².





O manual de Mapeamento Cultural é o primeiro da série de publicações da ACT Brasil intitulada “Mapeamento, Manejo e Proteção”, cujo conteúdo fundamenta-se em experiências de campo realizadas com a colaboração de comunidades indígenas.

Os manuais, escritos e editados por técnicos e profissionais indígenas responsáveis pela implementação dos atuais projetos, contêm instruções relacionadas a confecção e manuseio de mapas culturais e de riscos; aos cursos de guarda-parques indígenas; à elaboração de planos de proteção e de manejo sustentável e, finalmente, ao fortalecimento de instituições indígenas, tradicionais e não-tradicionais.

Os procedimentos para a implementação das metodologias colaborativas – já aplicadas a 20 comunidades indígenas, em uma área que abrange cerca de 20 milhões de hectares de floresta tropical – são descritos de forma detalhada, especialmente para lideranças de comunidades indígenas e instituições que atuam em parceria com elas. Esses manuais tem, como objetivo compartilhar conhecimentos adquiridos ao longo dos trabalhos desenvolvido pela instituição para as comunidades indígenas em campo.

Com esse objetivo, materiais de apoio também serão incluídos na série, tais como: o Código de Ética da Federação Internacional de Guarda Parques; manuais de campo para guarda-parques indígenas; manuais de georeferenciamento e de mapeamento para cartógrafos; e mapas e publicações que descrevem a atual situação das comunidades indígenas e suas florestas na bacia amazônica.

Este programa recebe o patrocínio das instituições Richard & Rhoda Goldman Fund, Gordon & Betty Moore Foundation e Carl and Roberta Deutsch Foundation. Também atuam como colaboradores outras organizações não-governamentais, instituições acadêmicas, agências governamentais, além das próprias comunidades e instituições indígenas, parceiras neste projeto.



Série
**Mapeamento,
Manejo e Proteção**

